

Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

## RESENHA

### **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**

Pablo Emanuel Romero ALMADA<sup>1</sup>

Falar em “1968” é, ainda hoje, a tarefa árdua de comentar um ano em que a vasta gama de acontecimentos, sobretudo, em termos dos manifestos estudantis por todo o mundo, revela a inscrição das aspirações coletivas e os direcionamentos políticos para a crítica a ordem social, em termos de alternativas à crise estabelecida. Esse ano enigmático não significou apenas um ano repleto de manifestações estudantis, greves de trabalhadores e descontentamentos manifestos da população de vários países, mas também representou a exacerbação do imperialismo, de ganhos das ditaduras militares e da própria direita política. O movimento estudantil brasileiro povoa a política com suas intervenções de cunho crítico à Ditadura Militar e, da mesma forma que pode ser aproximado, num campo analítico, das manifestações de Paris, Praga ou Cidade do México – como fazem alguns estudiosos do tema - também se desaproxima, não apenas em termos das especificidades locais, mas também em relação às aspirações subjetivas dos atores e seu posicionamento na estrutura social, bem como em termos de sua cultura política em lato senso.

Exemplo de uma análise bibliográfica e documental, com singular esforço analítico – justamente, por um recorte historiográfico sinuoso para a maioria dos sociólogos, o trato com documentação primária, periódicos e

---

<sup>1</sup> Doutorando em Democracia no Século XXI. UC – Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Programa de Pós-Graduação em Democracia no século XXI. Coimbra – Portugal. 3001-401. uc20073124@student.fe.uc.pt

## Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

documentos vários – *1968: O Diálogo é a Violência* apresenta o aspecto crítico de se diferenciar de outras obras sobre o movimento estudantil de 1968: o afastamento do caráter saudosista desse movimento, a não redução do movimento à organização e ação da União Nacional dos Estudantes, a apresentação pormenorizada das visões de estudantes, da opinião pública e dos meios de comunicação sobre a efervescência política estudantil e a violência conflitual que se estende na relação entre estudantes e governo ou, entre Sociedade Civil e Estado.

Da mesma forma, a publicação dessa 2ª Edição, 40 anos depois dos acontecimentos, faz parte das novas reflexões e análises suscitadas no presente, tendo em vista não só a “comemoração” dos fatos, mas também, a retomada das memórias subjacentes e a reflexão sobre as utopias revolucionárias, inspiradas pela temporalidade irrestrita e presença atual dos movimentos estudantis no Brasil e no globo e, não menos importante, a ressalva a violência emergente. Em meio a essa reflexão, *1968: O Diálogo é a Violência* não pode ser considerado como uma obra romantizada dos fatos, e sim, uma obra de caráter marcadamente analítico, em que, seu eixo central, a violência, é retomada em sua especificidade temporal e na sua extensão ao presente. Ainda que a autora prefira um recorte histórico fatural, o que pode ser problemático no sentido de se suplantarem as representações de coletivas do tempo histórico geral – não somente do Maio de 1968, mas do processo anterior e ulterior, que concatena os fatos e articula a memória e sua representação social – a abertura para a compreensão do passado define as capacidades de criação do futuro e mantém a utopia enquanto possibilidade em aberto. O trabalho com fontes primárias, evidenciado em todos os capítulos da obra, nos permite observar a referência e o trato direto dos fatos tanto por parte das autoridades governamentais, como dos estudantes e da própria imprensa. Entretanto, a complexidade desse trabalho é representada não na ilustração dos fatos, mas na dificuldade de se articular o contexto brasileiro nacional (na medida em que se pode restringir

## Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

a participação de 1968 apenas à Rio de Janeiro e São Paulo) e o contexto mundial – consequentemente, os anos 1960 não podem ser resumidos aos acontecimentos de 1968 nem, por consequência, as efervescências estudantis do período não sintetizam.

A retomada do conflito entre os estudantes e as autoridades políticas, em que a presença policial torna violento o interstício dessa relação, é compreendido através da retomada de quatro importantes fatos de recrudescimento da violência da Ditadura Militar no período: a morte do estudante-trabalhador Edson Luís, no restaurante do Calabouço em Abril; a Passeata dos Cem Mil; a “guerra” da Rua Maria Antônia e; o fechamento do XXX Congresso da UNE são elementos significativos para observar a constante referência à esse ano, pela mídia, presente nas memórias dos participantes e na política de resistência de estudantes e de setores descontentes com a ditadura militar. Apesar de pontuais, estes fatos fazem referência à ruptura da apatia social que fora instalada na sociedade brasileira após o golpe de 1964, com manifestações em massa, articulação do movimento estudantil e tensão nas relações entre os estudantes e o governo militar.

A morte do estudante Edson Luís, em Março de 1968, no Restaurante do Calabouço no Rio de Janeiro foi a primeira morte política no período da Ditadura Militar brasileira e significou o recrudescimento real da violência, “[...] um marco para a passagem do ME à luta política contra a ditadura [...]” (VALLE, 2008, p.51), em que, por parte dos estudantes, se assume a ampliação da percepção sobre o contexto político global, dos políticos ao capitalismo imperialista, culpados pela morte do estudante. Da mesma forma, conseguiram os estudantes se organizar e se opor não apenas ao regime, mas criar suas bandeiras de luta que relacionavam o contexto local das universidades, a extinção da UNE, crise e oposição política, mobilizando a população e deputados do MDB na morte de um inocente, em contraposição com a ilegalidade do ato de protesto estudantil argumentada

## Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

pelos militares. É nesse cenário que é evidenciada pela autora, o uso da violência em ambos os lados: “[...] a violência policial, a violência dos estudantes, a violência defensiva, a violência do Estado.” (VALLE, 2008, p.75). As diretrizes tomadas pela UNE e a participação de diversas correntes ideológicas no interior do movimento imprimiram então o caráter de uma luta social mais ampla, em que se deveria expandir para outros setores sociais, já que contava com o apoio popular e parlamentar.

O próximo episódio, a “Sexta-Feira Sangrenta” e a “Passeata dos Cem Mil”, partem de um contexto de redefinições no meio estudantil, que por um lado apóiam as manifestações de operários e divulgam a solidariedade da UNE para com estes e, por outro lado, acirra-se a luta dos estudantes nas universidades contra a política educacional do governo, por mais verbas, contrário ao programa MEC- USAID e a cobrança de anuidades. O possível diálogo do governo com os estudantes não se mostra mais do que uma mera ilusão e, na medida em que os estudantes ganham massivo apoio popular, a repressão se manifesta duramente: a “batalha campal” do dia 21 de Junho na passeata com destino ao MEC. Resultado: total de 28 mortes. A tendência resultante para movimento, por tamanha violência desse episódio, levou a uma manifestação seguinte, em 26 de Junho, nas ruas do Rio de Janeiro, contando com o apoio de variados setores da sociedade civil. A violência, enquanto “tônica dos discursos” é o discurso mais evidente, aproveitando a não-repressão por parte da polícia, demarcando o tom pacífico que se pretendia principalmente, em termos da preservação política e repercussão dos fatos anteriores. De certa forma, o movimento foi compreendido como vitorioso por conseguir o massivo apoio e reação popular à Ditadura, conseguindo alguns avanços em termos de uma discussão governamental pela resolução dos problemas estudantis. A alternativa dos militares passou por considerar as manifestações estudantis como “subversivas”, “perturbando a ordem pública”, mas não conseguiu evitar a aglutinação que o movimento estudantil criou em torno de si, por mobilizar a oposição ao

## Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

governo e por seu questionamento direto ao regime e o excessivo uso da força policial na tentativa de controle das massas e o incentivo ao uso da violência. Conforme o campo social é entendido em termos de uma guerra de ambos os lados, se fortalecem tanto as ideias da “luta armada”, por parte dos estudantes, como do combate à subversão e uso do aparato policial no combate aos estudantes.

A “guerra da Maria Antônia”, em 2 de Outubro, terceiro momento analisado, é antecedida pela prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, Presidente da UNE, a invasão da UNB por parte da polícia militar, ferindo estudantes e deputados, além da denúncia do caso Para-Sar, em que se previa o assassinato de lideranças estudantis, considerando as agitações e manifestações de rua semelhante à guerras, com a possibilidade de mortes e assassinatos. O efeito desses acontecimentos também influencia no conflito entre a Faculdade de Filosofia da USP, reduto crítico à Ditadura, e os estudantes da Mackenzie, reduto da direita paulista, em que se concentravam o CCC (Comando de Caça aos Comunistas). O confronto ficou marcado pela guerra estudantil em que a ação policial se fez de forma diferente, interferindo em apaziguar os estudantes. De certa forma, revelou-se um deslocamento de foco do conflito, dos estudantes com o governo, para o interior do movimento, em que a ação policial seria positivamente compreendida. A radicalização, por parte dos estudantes, se deu também como um efeito das ações anteriores, em que o uso da força policial foi decisivo para o movimento assumir um caráter mais combativo e direcionar sua ação e compreensão ideológica para o enfrentamento efetivo do governo.

O quarto episódio foi o fechamento do XXXº Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna – SP, depois da descoberta do congresso clandestino, contando com a participação de aproximadamente mil estudantes. Nesse fato, foram presas as lideranças estudantis e desmantelada a organização estudantil, de forma a evidenciar a ilegalidade

## Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

dos atos da UNE e dos estudantes e, ao mesmo tempo, se permitiu revelar, por parte do Regime, ligações dos estudantes com organizações de esquerda e extrema-esquerda, no sentido de caracterizar essas organizações como terroristas ou similar, atribuindo a devida razão a ação da justiça pública. Fora um momento estratégico para um golpe certo à organização estudantil e de mobilização das forças sociais, na medida em que o desmantelamento dos estudantes e o aumento da repressão, representado pelo AI-5, se anteciparia à possibilidade de uma luta social mais violenta, em que a luta armada se desenharia como uma saída possível a ser difundida. No campo da conjuntura política, construiu-se uma vitória do governo, com apoio da imprensa e não permitindo uma reação popular.

A análise desses momentos permite a autora pensar uma viragem do movimento estudantil, do primeiro ao segundo semestre de 1968, na medida em que no primeiro semestre, haveria a opção por protestos pacíficos e, no segundo semestre, se delinearía a opção, por parte das entidades estudantis, da luta armada. Interessante ressaltar que a repressão policial é vista com um traço bastante ambíguo, pois, ao mesmo tempo que é utilizada para impedir o recrudescimento da violência por parte dos estudantes, é o elemento que permite maior organização e virada ideológica estudantil. A vitória política do governo se dá porque demonstrou a existência daquele “inimigo externo” que estaria combatendo desde o início, amplamente divulgada pela imprensa e que se materializou na figura do movimento estudantil, sua subversão e oposição revolucionária.

Importante salientar que em termos dos grupos políticos estudantis, a autora consegue compreendê-los de forma a relacionar com as divergências ideológicas e suas propostas e definições políticas, sem esquecer a importante participação que esses grupos tinham na UNE. Embora a realidade política estudantil seja bastante plural e internamente disputada, as definições estudantis partem para um certo consenso, uma luta armada revolucionária, que se afirma nas discussões estudantis. Entretanto, a

Resenha - 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil

imprensa também se posicionou contrária aos estudantes, em sua maioria, ou parcialmente em muitos momentos – fato que é evidenciado pela comparação sempre pertinente entre o posicionamento e visão de diversos jornais de grande circulação – ofuscando a opinião do movimento em prol de assegurar a ordem pública. A influência da imprensa assume importante papel em favor do regime militar, coroando a oposição moral da qual nutria o discurso político e, por isso mesmo, legitimaria o uso de sua violência policial. A centralidade da violência é o recorte que permite pensar a ação dos três agentes no campo, estudantes, governo e imprensa, em que ela passa a definir a política e a ideologia defendida pelo governo militar.

VALLE, M. R. Do. **1968**: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.